

**Ata da 7ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 09/10/2001, na Sala dos Conselhos, 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia.**

O Ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Mota Sardenberg abriu a reunião saudando os presentes. Informou que tratava-se de uma reunião ordinária e sugeriu que a reunião começasse discutindo o item 3 da agenda: “Proposta de Critérios e Indicadores de Elegibilidade para Avaliação de Projetos candidatos ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, apresentado pelo Exmo. Sr. Ministro José Sarney Filho”. Saudou o representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário de Biodiversidade e Floresta.

Dr. José Pedro, fazendo uso da palavra, informou que o Dr. Eduardo Novaes que conduz os trabalhos da proposta de critérios e indicadores de elegibilidade no Ministério do Meio Ambiente, não pôde estar presente, mas pediu-lhe que apresentasse a proposta. Observou que a análise deste trabalho requereria uma atenção específica e um tempo maior, solicitando, então, que um seminário fosse promovido pela Comissão. Informou, também, que a idéia já havia sido sugerida ao Dr. José Miguez, Secretário Executivo da Comissão, que havia concordado com essa sugestão. Sugeriu que apenas a título de introdução, os senhores Leonardo Ribeiro e Adriano Oliveira, que são consultores do MMA, fizessem uma resumida apresentação para que se tivesse uma idéia do trabalho que já foi realizado.

Em seguida o senhor Adriano Oliveira, passou a discorrer sobre a proposta dizendo que como era de conhecimento de todos os presentes que a responsabilidade de estabelecer os critérios de elegibilidade para projetos de MDL é da Comissão Interministerial. Porém, o MMA em parceria com a COPPE/UFRJ junto com a USP, criou o Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas o Centro Clima e por meio desse Centro e de seus técnicos a Secretaria de Qualidade Ambiental elaborou o documento que está sendo proposto. Esse documento trata principalmente de critérios de elegibilidade e indicadores de sustentabilidade que subsidiariam os critérios nacionais, ou seja, aqueles que seriam adotados além dos estabelecidos nas COPs. O órgão executivo do MDL que será estabelecido possivelmente, em Marraqueche, é que vai estabelecer as regras gerais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O Ministro Sardenberg ressaltou a importância de que o seminário fosse feito com a maior brevidade possível. Infelizmente, por razões que são conhecidas os critérios não chegaram a ser fixados até porque o Mecanismo está dependendo de aprovação formal que poderá ou não realizar-se em Marraqueche. Informou que em conversa com o Presidente Fernando Henrique e posteriormente com o Ministro Sarney Filho, estavam caminhando para a idéia de avançarem no aspecto nacional do problema, para depois fazer as necessárias adaptações no momento que esteja sendo estabelecido um regime internacional e com isso estaremos dando desde já uma prova do nosso interesse pelo MDL.

**1. Aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – MCT**

Dr. José Miguez, fez uma breve leitura da ata da 6ª reunião ressaltando os temas discutidos na ocasião. Sem que houvesse manifestação contrária a ata foi considerada aprovada.

## **2. Relato sobre a Sessão Reconvocada da 6ª Conferência das Partes realizada em julho em Bonn, Alemanha**

O Ministro Everton Vargas, deu início ao relato informando que a Sessão Reconvocada ocorreu em Bonn, no último mês de julho, com o objetivo de concluir os trabalhos iniciados na Haia, em novembro de 2000, quando não foi possível obter consenso quanto à regulamentação do Protocolo de Quioto.

Na ocasião, a delegação foi chefiada pelo Ministro Sardenberg e o Brasil esteve engajado ativamente em todas as negociações que lá ocorreram. A reunião começou de maneira claudicante, pois havia desconfiança sobre a real possibilidade das Partes progredirem nos diferentes temas que estavam na agenda, mas a partir do segundo dia foi possível evoluir de forma mais rápida, positiva e acelerada com a presença dos ministros, que ocorreu no meio do período de reunião, conforme havia sido articulado pelo Ministro Sardenberg na Reunião Preparatória da Haia, no final de junho.

Disse que durante a reunião ministerial, foram isolados os temas centrais de interesse das Partes como LULUCF, Mecanismos, questões dos países em desenvolvimento, adaptação, impactos, apoio financeiro e tecnológico e a parte do regime de cumprimento, em torno dos quais se procuraria chegar a um acordo político que permitisse à Conferência das Partes redigir as decisões que efetivamente concorrerão para implementação do Protocolo de Quioto. Esse acordo foi objeto de uma intensa negociação sob a coordenação e sob a responsabilidade direta do Ministro Pronk, da Holanda, nessa ocasião a delegação do Brasil chefiada pelo Ministro Ronaldo Sardenberg, teve um papel especial ao procurar tanto trabalhar com o G77 mediante consultas muito intensas com o presidente do grupo, o Embaixador Baghir Asadi do Irã, como com ministros de outros países europeus, Japão, etc. Ressaltou a participação do delegado Belga Ministro Olivier Deleuze, do Ministro Jurgen Trittin da Alemanha e do Ministro Mussa da África do Sul nesses contatos. Dessa forma foi possível articular um acordo político e as diretrizes para as decisões que deveriam ser tomadas pela Conferência das Partes, com vistas à implementação do Protocolo de Quioto.

Após uma maratona de negociações de quase 36 horas esse acordo foi firmado e a Conferência das Partes iniciou efetivamente a negociação das decisões. Nesse aspecto conseguiu-se chegar já a um texto praticamente acordado no que se refere às questões dos países em desenvolvimento que tratam de adaptação, vulnerabilidade, do apoio financeiro e tecnológico. Houve progresso no que diz respeito à mudança do uso da terra e florestas, não finalizado porque existe um ponto que vai merecer uma última revisão na reunião de Marraqueche, mas foi obtido praticamente o consenso em relação ao texto sobre os chamados sumidouros. Observou também que continuou o trabalho no âmbito dos Mecanismos e esse é um dos capítulos mais extensos da negociação. Ressaltou, que Dr. Miguez teve uma participação destacada tendo sido presidente de um dos subgrupos de discussão e que houve muito progresso mas ainda há alguns pontos em aberto que precisarão ser terminados em Marraqueche onde se poderá avançar mais efetivamente também nessa questão.

Observou, finalmente, que na discussão sobre a questão de regime de cumprimento do Protocolo foi onde surgiu a maior divergência entre os países, divergência essa arraigada basicamente na oposição de países como Rússia, Canadá, Austrália e Japão, a existência de compromisso e consequência juridicamente vinculantes para o caso de não cumprimento por parte dos países do Anexo I e de suas metas, defendendo que somente após a entrada em vigor do Protocolo de

Quioto é que se negociaria um regime de cumprimento juridicamente vinculante, o que consubstanciaria uma emenda ao Protocolo nos termos do Artigo 18. Não obstante todos os esforços feitos pelo presidente e coordenador das negociações o Embaixador Neroni Slade, de Samoa, que apresentou um texto bem balanceado, não chegou-se a um consenso sobretudo pela atitude intransigente dos países do grupo Umbrela, em particular Rússia e Austrália com o apoio do Canadá e do Japão. Esse tema certamente seria o principal centro para as discussões em Marraqueche. O G77, sobretudo, estabeleceu que é uma negociação em bloco e portanto a adoção de todas as decisões para a implementação do Protocolo de Quioto seriam tomadas de maneira conjunta fazendo com que esse aspecto da negociação de Marraqueche seja particularmente difícil.

O Dr. Gylvan Meira Filho, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, observou que existe uma hierarquia entre as decisões. No nível mais alto são tomadas as decisões políticas pelos ministros e depois essas decisões são traduzidas em linguagem apropriada para uma resolução das Conferência das Partes. O passo seguinte é o da regulamentação detalhada. Tanto na área de LULUCF ou seja, na área de floresta, uso da terra, mudança do uso da terra, quanto dos Mecanismos ambos já passaram para a fase seguinte de regulamentação. Sobre a parte de Mecanismos isso deve ocorrer na Conferência de Marraqueche com o tratamento dos artigos 5, 7 e 8 do Protocolo de Quioto, que são a regulamentação detalhada da consideração dos mecanismos de compensação de redução de emissões. Sugeriu que o Dr. Miguez falasse sobre esse ponto.

Ressaltou ainda que no caso de LULUCF, o tema passou a ser considerado pelo IPCC, pois a Conferência das Partes da Convenção decidiu que a informação nacional sobre as emissões de gases de efeito estufa devem obedecer a melhor metodologia, ou seja, a melhor informação científica, o que na prática significa a elaboração pelo IPCC, que é um órgão colegiado da ONU, mas que não tem poder de decisão de volumes extensos, técnicos e detalhados que depois são oferecidos à Conferência das Partes que os adota e na prática dificilmente os rejeita.

Disse que a reunião do grupo do IPCC sobre as práticas correntes de contabilidade de emissões realizou-se logo depois da Conferência de Bonn, em Genebra. Foi uma reunião extremamente pesada e foi necessário que alguns membros da mesa diretora do IPCC, Dr. Robert Watson e outros fizessem uma conferência telefônica durante cada dia para orientar esse grupo no sentido de que eles teriam a obrigação de garantir que, na elaboração da metodologia ou da regulamentação dos procedimentos para estimar as emissões não fosse desobedecida a decisão dos ministros e da Conferência das Partes, que como disse o Ministro Everton está essencialmente concluída. Esse processo no IPCC será longo, vai levar cerca de dois anos e o efeito prático é que esse grupo do IPCC passou a ser profundamente politizado com países tentando na regulamentação da contabilidade das emissões, impor posições nacionais que saíram perdedoras na reunião da Conferência das Partes.

Em seguida a palavra foi dada ao Dr. Miguez, que enfatizou o que foi dito pelo Ministro Everton Vargas, indicando que os dois temas substantivos que restam para serem discutidos na reunião de Marraqueche, em termos de dificuldade de chegar a um acordo sobre a regulamentação do Protocolo de Quioto, são a parte de cumprimento das obrigações e a parte de regulamentação dos mecanismos que foram criados pelo Protocolo. Lembrou que esses mecanismos compreendem dois mecanismos entre os países desenvolvidos que são a implementação conjunta (Artigo 6) e o comércio de emissões (Artigo 17) e o MDL (Artigo 12) que permite a redução de emissões em

países do terceiro mundo. No caso da questão de cumprimento, como salientado pelo Ministro Everton, haveria uma diferença filosófica entre as Partes. No caso dos Mecanismos a dificuldade era a quantidade de questões técnicas que deveriam ser resolvidas em pouco tempo de reunião. Outro problema é que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi muito mais discutido nas Conferências anteriores desde Buenos Aires que os mecanismos relativos aos países desenvolvidos porque esses mecanismos se referem mais a problemas de poucos países do Anexo I, ao passo que o MDL envolve a participação de todos os países, e deverá haver uma simetria entre a regulamentação do MDL e a regulamentação dos outros dois mecanismos. A questão substantiva é que ainda existem algumas decisões políticas que talvez tenham que ser decididas a nível ministerial. A principal seria a que foi referida pelo Dr. Gylvan, que vem sendo tratada não dentro do grupo de Mecanismos, que são os artigos 6, 12 e 17, mas dentro de um outro grupo que trata das informações adicionais que devem ser fornecidas à Convenção por causa do Protocolo de Quioto (Artigos 5, 7 e 8). O artigo 5 diz respeito à definição do Sistema Nacional, o artigo 7 trata das informações adicionais que devem ser reportadas pelos países desenvolvidos em seus inventários por causa do Protocolo de Quioto e o artigo 8 fala da revisão desses inventários e comunicações nacionais por causa do Protocolo de Quioto. Disse que é através das informações referidas no artigo 7 que os países desenvolvidos vão mostrar se cumpriram suas metas ou não, e na sua regulamentação está sendo definido um sistema de registro contábil envolvendo definições, movimentações e transações que são decorrentes da execução dos Mecanismos. Salientou que, como já observado pelo Dr. Gylvan, havia um grupo trabalhando na regulamentação dos Mecanismos e outro grupo fazendo a contabilidade dessa regulamentação e esses grupos trabalhando de formas diferentes com pessoas diferentes, acabavam na verdade incorporando visões diferentes.

Mencionou que uma questão substantiva era a tentativa dos países desenvolvidos de criar o que eles chamam de quantidade atribuída, ou seja, quase que uma autorização de emissão baseada na autorização de emissão que eles tiveram para o primeiro período de compromisso no Protocolo de Quioto. Essa quantidade atribuída seria modificada anualmente, sendo inicialmente a que está no anexo do Protocolo, adicionadas das compras que fossem feitas no âmbito dos Mecanismos, subtraídas as vendas. Isso criaria uma nova quantidade atribuída anual no primeiro período de compromisso, que não está de acordo com o Protocolo. Ao mesmo tempo essa discussão está associada ao fato do país poder bancar ou não a compra desses certificados para o período seguinte. Na prática se fosse permitida a criação de quantidades atribuídas, ou seja, uma autorização de emissões para o segundo período de compromisso baseado em compra desses certificados de redução de emissão, estaremos mudando o princípio fundamental do Protocolo e da Convenção que é o princípio de responsabilidade comum, porém diferenciada, e substituindo esse princípio pelo princípio do poder econômico. Os países que tiverem maior poder econômico e puderem comprar mais certificados de reduções de emissões de outros países passariam a ter capacidade de emitir mais do que outros países. Isso seria contra o espírito da Convenção e do Protocolo.

O Ministro Sardenberg, retomando a palavra perguntou ao Dr. Gylvan se ele teria alguma coisa a mais para completar sobre LULUCF e as perspectivas para a 7ª COP.

O Dr. Gylvan disse que esse assunto estava essencialmente resolvido a não ser pelo problema da Rússia surgido no último momento. Apenas a título de esclarecimento disse que o problema estava relacionado aos artigos 3.3 e 3.4 do Protocolo de Quioto que permite o uso do setor de uso

da terra mudança no uso terra e floresta na contabilidade de emissões dos países industrializados ou seja, os países que tem compromisso de redução de emissões. É um assunto muito complicado porque há um potencial muito grande, se as regras não forem bem feitas, de tornar o Protocolo letra morta e o exemplo mais óbvio é o de conservação de florestas. Se houver por parte de todos os países um posicionamento quanto à inclusão de conservação de florestas, e a Rússia está muito interessada nisso, eles não estariam fazendo absolutamente nada, porque eles já têm a obrigação de conservar as florestas e diriam que reduziram suas emissões. Realmente é um assunto muito complicado tecnicamente e politicamente explosivo, alguns dizem que a principal razão para o fracasso da Haia foi a discussão em torno desse tema, o problema da integridade ambiental do Protocolo de Quioto e de garantir que as reduções sejam reais. Foram sugeridas duas abordagens, uma do G77 e China que tomou a forma da introdução de princípios, e a abordagem européia que foi a de colocar limites quantitativos para uso dos artigos 3.3 e 3.4 pelos países industrializados. Nesse tema o G77 e China trabalhou muito junto com a União Européia e prevaleceu a idéia de manter as duas abordagens para ajudar a garantir a integridade ambiental. Disse que na opinião de muitos, e em particular a dele, os limites máximos não serão atingidos por que os países tem que obedecer os princípios. Os limites máximos foram fixados com base em estimativas oficiais. Ocorreu que para todos os países do mundo, com exceção da Rússia, haviam fornecido números com estimativas com algum grau de oficialidade. Eram números publicados pela FAO que é uma organização da ONU, mas que não tinha valores para a Rússia. Foram usados para a Rússia, na negociação, números de uma entidade de boa reputação o Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados na Áustria, que não é um órgão Intergovernamental, mas uma ONG de excelente reputação. A delegação Russa não aceitou esses números e essa questão ficou em aberto.

O Ministro Everton ressaltou a importância de que as delegações dediquem-se aos temas restantes sobretudo na área de Mecanismos, regulamentação dos Artigos 5, 7 e 8 e na área de cumprimento. Lembrou que a reunião ministerial aconteceria no final da Conferência o que tinha a vantagem de deixar para os ministros a solução dos últimos problemas.

### **3. Proposta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável com sugestões relacionadas à mudança climática, visando a redução do efeito estufa, enviada dia 24 de setembro pelo Dr. Félix Bulhões**

O ministro ressaltou os dois pontos essenciais da proposta: o primeiro que recomenda que se definam, ainda que de forma preliminar, as atividades, setores e áreas de interesse nacional prioritários para projetos de MDL, sugerindo exemplos de setores cujas atividades resultam em evidentes e não controversos benefícios com relação ao objetivo de redução do efeito estufa e o segundo que sugere a constituição de comissões técnicas do setor privado e empresarial no âmbito da Comissão para encaminhar sugestões, prioridades e procedimentos para agilizar e capitalizar vantagens competitivas na área de MDL.

O representante da Casa Civil sugeriu que o assunto fosse discutido no mesmo seminário que examinaria a proposta do MMA. O ministro acatou a sugestão e ressaltou a importância de que fosse feita uma consulta às assessorias jurídicas para saber se no âmbito da Comissão Interministerial caberia a constituição de comissões técnicas. Consultou o representante da MMA sobre se haveria alguma objeção a que o assunto fosse discutido no mesmo seminário onde seria discutida a proposta do MMA, tendo o representante do MMA não manifestado objeção.

O Ministro Everton interveio, ressaltando a importância de ser discutida qual seria a natureza do seminário, se ele seria estritamente governamental ou também acadêmico.

O Ministro Sardenberg disse que um seminário exclusivamente governamental não seria viável. O ideal é que o seminário incluísse o governo, a comunidade acadêmica e possivelmente o setor empresarial. Porém, seria importante lembrar que a Comissão tem atribuição de caráter regulatório e que deve-se ter cuidado nas interações, evitar misturar o enfoque empresarial e o enfoque que visa regular as atividades desse.

#### **4. Pedidos de cartas de “não-objeção”**

O Dr. José Miguez fez um relato sobre assunto, observando que conforme tinha sido acordado na última reunião, foi solicitado aos diversos ministérios membros da Comissão que fizessem uma consulta às respectivas consultorias jurídicas sobre o teor da carta que a Comissão tinha dado a título precário para o PCF do Banco Mundial. Lembrou que não foi fornecida uma carta de aprovação dos projetos, como eles queriam, mas uma carta de não-objeção. Informou que há uma demanda muito grande por parte do setor privado de que a Comissão continue a fornecer esse tipo de documento para os projetos, no sentido de registrar que esse projetos já estão sendo feitos desde a data da carta e que são adicionais nos termos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ou seja, que os benefícios não ocorreriam na ausência do projeto.

Uma outra questão é que muitos desses projetos estão sendo feitos num ambiente de crise de energia e seriam feitos de qualquer maneira independente do MDL e essa demanda pela carta de não-objeção seria muito mais para resguardar o direito dessas entidades obterem créditos futuros no Mecanismo do Desenvolvimento Limpo, sem uma real adicionalidade nos termos do Protocolo. Essa discussão tem, portanto, caráter jurídico e levou à decisão da Comissão de fazer essa consulta às diversas consultorias jurídicas para saber quais seriam as sugestões de procedimentos atuais e futuros, enquanto não há a regulamentação do Protocolo de Quioto e essas demandas continuarem chegando à Comissão.

Dr. Gylvan lembrou o que está escrito no Protocolo de Quioto que o encaminhamento das negociações visando a regulamentação detalhada indicam claramente que a decisão de que uma determinada atividade de projeto é adicional ou não, denominada de linha de base, não será uma decisão de governo e sim uma decisão do comitê executivo do MDL. Caberia a essa Comissão como parte do governo executivo apenas dizer se o projeto se enquadra nas prioridades nacionais e aos interesses maiores do governo. Não caberia a essa Comissão definir quais seriam as emissões na ausência do projeto. O Ministro Sardenberg, sugeriu que fosse feita uma reunião com as assessorias jurídicas para explicar o porquê do pedido e uma melhor orientação.

Dr. Gylvan acrescentou que a questão de adicionalidade ou da linha de base é evidentemente diferente da questão que foi sugerida pelo Ministro Sarney Filho e pelo CEBDS, que são sugestões de critério de elegibilidade, essa sim uma atribuição do governo.

O Dr. Sérgio Besserman, observou que já há algum tempo vem trabalhando na análise de projetos no BNDES e não via nenhum problema na carta de não-objeção e ressaltou que foram bem regidas com cuidado extraordinário. O problema que poderia haver seria exclusivamente no caso de adotarmos nacionalmente critérios de elegibilidade mais restritos o que poderia acabar fazendo

com que um projeto que recebeu a carta de não-objeção não se encaixasse em critérios de elegibilidade que se determinará a seguir, mas como só haveria conflitos de ordem material na hipótese de recurso das instituições financeiras governamentais e pelo que tem sido acompanhado ficou para após uma definição mais explícita do MDL em Marraqueche, se isso ocorrer, disse não ver nenhum conflito prático ocorrendo. O problema que haveria de ordem prática é que, se algum desses projetos recebessem uma carta de não-objeção e encaminhassem ao financiamento do BNDES e da FINEP, mais a frente o projeto estaria enquadrado nos critérios definidos em Marraqueche, mas não estaria enquadrado nos critérios de elegibilidade e nós teríamos oferecido a carta de não-objeção.

A Ministra Maria Laura, questionou quantas cartas haviam sido concedidas.

Dr. Miguez respondeu que foram 13 cartas exclusivamente para o PCF. As cartas foram redigidas de tal forma que nós nos reservamos o direito de voltarmos a analisar o projeto no caso da regulamentação do MDL. Como o PCF foi encerrado, usamos esse argumento de que essas cartas fossem a título apenas de formalidade para o Banco Mundial. Ressaltou também que não haveria risco do projeto ser desqualificado posteriormente por não ser adicional mas ainda assim esse direito estava reservado na carta porque, a princípio, não podemos antecipar o resultado da regulamentação do Protocolo de Quioto. Temos o duplo resguardo na carta, de que temos o direito de analisar o projeto quando da regulamentação do MDL, e que, pela própria atribuição da Comissão, esta pode elaborar critérios adicionais.

## **5. Outros assuntos**

Dr. Miguez agradeceu o apoio recebido da Dra. Cândida Maria Cervieri, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no que diz respeito à nomenclatura e classificação de compostos fluorados. Informou que a Dra. Rosária Costa Baptista, Diretora de Negociações Internacionais do MDIC vem colaborando e fornecendo orientação no trabalho, e disse ainda que estava aguardando uma resposta da ABIQUIM que também está ajudando na classificação dos compostos.